



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11405 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

FORMAÇÃO DO SER SOCIAL INFANTIL NA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO: EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MUPI-TORRÃO/ CAMETÁ-PARÁ

Maria Isabel Batista Rodrigues - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESPA/UFPA

FORMAÇÃO DO SER SOCIAL INFANTIL NA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO: EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MUPI-TORRÃO/ CAMETÁ-PARÁ

Introdução

Em comunidades agrícolas amazônicas, não é raro encontrar crianças que convivam com o trabalho desenvolvido pelos adultos e, por isso, acabem participando, com esses sujeitos, de processos formativos de um pensar-fazer que, em termos hipotéticos, podem manifestar modos de vida opostos às sociabilidades do capital.

Para isso, buscamos analisar a formação do ser social infantil no interior dos processos de trabalho de uma comunidade amazônica, a de Mupi-Torrão, localizada no município de Cametá, considerando que lá também esteja presente a disputa entre o capital e o trabalho em torno da constituição da subjetividade humana. Assim, trata-se de compreender a constituição do ser social infantil num contexto em que os trabalhadores e as trabalhadoras detêm a totalidade dos saberes do trabalho decorrentes de suas próprias atividades e de seus conhecimentos em relação com o mundo do trabalho, numa unidade teórico-prática em que, conforme Vázquez (1968), se toma o trabalho como prática transformadora.

Depreendemos, diante disso, que, ao pesquisarmos sobre trabalho, estamos enveredando em um mundo de pessoas, adultos e crianças, que se constituem na dinâmica histórica a partir de um meio social e natural específico, uma comunidade tradicional agrícola

na Amazônia, e vivenciam, muito possivelmente, uma “[...] compreensão mais ampla desse sentido do trabalho como “forma originária das posições teológicas (orientada por um fim)” (MATTOS, 2012, p. 81). O trabalho percebido e sentido como práxis social que “[...] na vida social deve ter em conta desde as vivências cotidianas até os planos mais elaborados da construção filosófica” (MATTOS, 2012, p. 81).

Essa percepção ampliada da noção de trabalho é completada por Lukács (2004, p. 62), ao dizer que:

O mero fato de que o trabalho é uma realização de uma posição teológica é uma vivência elementar na vida cotidiana de todos os homens. Por isso também esse fato se converte em componente imprescindível de todo pensamento, desde as conversas cotidianas até a economia e a filosofia.

Portanto, o trabalho envolve a dimensão física do ser humano e, ao mesmo tempo, desenvolve nele condições de reflexão, de processos de socialização, de formas de cooperação, como condição cotidiana de existência.

Assim, num primeiro olhar sobre a comunidade do território de Mupi-Torrão, buscamos analisar o trabalho na perspectiva da produção da vida material dos sujeitos que vivem nesse lugar, como também buscar elucidar o caráter educativo e formativo desses habitantes, considerando, em especial, suas crianças.

Método

A investigação de uma realidade social em toda a sua complexidade precisa ser conduzida por um método capaz de apreender os modos de existência social produzida, por exemplo, por meio do trabalho e pelo conhecimento de homens e mulheres, adultos e crianças, que historicamente constituem essa sociedade. Por isso, para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos o materialismo histórico-dialético como método de investigação, já que esse

[...] enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência (GOMIDE, 2017, p. 5).

Nesse sentido, a fim de ultrapassarmos o mundo da pseudoconcreticidade de que nos fala Kosik (2002), buscando a essência do objeto da pesquisa e não sua aparência imediata, é importante vivenciarmos o cotidiano de formação desses sujeitos, sobretudo do ser social infantil, nos seus territórios de vivência, formação e trabalho. Com isso podemos desvelar

como se dá a produção da subjetividades por estes sujeitos e como estes são produzidos pelo meio, uma vez que os determinantes políticos, econômicos e culturais refletem na historicidade do homem diante do seu território de constituição de vida, existência.

Partimos dessa perspectiva do materialismo histórico-dialético para “apreender a história, a cultura, as resistências, as contradições e o modo singular de produzir a existência” (SOUZA, 2020, p. 41) da comunidade quilombola de Mupi-Torrão, a fim de identificar se estão formando nos seus habitantes uma outra sociabilidade para além do capital, a partir de suas relações de trabalho e educação.

Mediante a interação com o outro e com a natureza, os sujeitos experienciam, por meio do trabalho, a mais diversas formas de relacionamento que lhes possibilitam estar em contato com diferentes realidades e significativos conhecimentos, ou seja, o relacionamento social contribui, em grande parte, para a formação dos sujeitos diante dos mais variados contextos, desde os de natureza socialmente escolar até os de natureza comunitária, mediados pelo trabalho.

Em termos metodológicos, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), pautada no materialismo histórico-dialético (KOSIK, 2002), observando-se os princípios formativos do trabalho do ser social infantil numa dimensão de ações que se materializam diante de uma realidade social com uma dinâmica de formação do trabalho como produção da vida, de relações e de subjetividades.

A pesquisa qualitativa toma o ambiente natural - aqui entendido com a realidade existência de homens e mulheres, como *fonte direta de dados* e, por meio dela, o pesquisador, segundo Severino (2006), atua como o principal instrumento de pesquisa, pois sua presença no ambiente investigado possibilita compreender com maior acuidade as relações que se realizam entre as pessoas, os contextos das entrevistas, as razões das respostas, dentre outros elementos. Outrossim, destacamos que esses elementos serão tratados a partir das categorias totalidade, contradição e mediação, já que a realidade se manifesta a partir de relações sociais amplas e se constitui como unidade de contrários na integração empiria-teoria a ser apreendida e analisada.

Discussão

Ao partir do pressuposto de que os trabalhadores e as trabalhadoras são sujeitos que vivem e produzem sua vivência e sobrevivência a partir do trabalho, entendemos que o local de suas atividades laborais representa muito mais do que o lugar onde se “ganha a vida”, no sentido de satisfazer as necessidades fisiológicas, como o alimentar-se e o beber água, mas possibilita também a produção de saberes e experiências de trabalho, que se traduzem, conforme observou Thompson (1987), em componentes de formação de identidade e de constituição de subjetividades.

Isto posto, o trabalho precisa ser concebido como força criadora, como um dos elementos básicos da educação, que permite a produção cultural que constitui modos de vida de cada ser, com seus valores, perspectivas de sociedade, concepções de mundo e posição diante dele, em um processo educativo capaz de formar, inclusive, a infância. Considerando, então que “[...] o trabalho sempre foi fundamental para o homem a fim de assegurar seu bem-estar e sua cultura [...]” (MAKARENKO, 1981, p. 57), ele é, sem dúvida, um fator de construção da identidade humana.

Neste contexto, como fator importante para o desenvolvimento das dimensões formativas do homem, está o trabalho familiar, que representa uma sociedade de trabalhadores e trabalhadoras que, juntos, desempenham funções de acordo suas capacidades, sejam elas físicas e/ou experienciais, e dão sentido à participação social de cada membro no processo de produção da vida por meio do trabalho coletivo. E é nessa dimensão participativa do trabalho que os sujeitos podem compreender que o “[...] seu bem-estar e seu nível material de vida também dependerão de sua contribuição no trabalho social [...]” (MAKARENKO, 1981, p. 57), deduzindo-se daí que “[...] a educação não é somente a preparação de um cidadão bom ou mau, mas também a preparação de seu futuro nível de vida, de seu bem-estar” (MAKARENKO, 1981, p. 57).

O valor social do trabalho passa, portanto, a ser uma dimensão da formação dos sujeitos que integram uma dada comunidade, uma vez que, ao produzir valores de uso que lhes possibilitem satisfazer as necessidades da vida humana e não fazer da força de trabalho uma mercadoria, permite-se também aos sujeitos a constituição da vida ao longo da história, onde o ser, o pensar, o sentir e o produzir a vida se constituem na manifestação de um processo educativo e formativo do, no e pelo trabalho.

Entendemos assim que, conceber o trabalho numa dimensão formativa e educativa também é vinculá-lo, segundo Frigotto (2015, p. 02), “[...] à própria forma de ser dos seres humanos [...]”, constituindo-nos “[...] parte da natureza [...]” e dependendo “[...] dela para reproduzir a nossa vida [...]”, de maneira que é “[...] pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida [...]”, sendo importante “[...] socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida [...]”

Trata-se, enfim, de se pensar em uma *educação para além do capital*, conforme teorizou Mészáros (2005), para o que as transformações devem ultrapassar as formalidades, abarcando a essencialidade das relações. E isso significa criar condições para que os trabalhadores e trabalhadoras se percebam como parte do processo formativo, com saberes e poderes transformadores, enquanto classe, e com subjetividades que se oponham às do capital, onde o individualismo, a privatização da vida e a fetichização da existência são as lógicas predominantes.

Se o trabalho é a condição humana que constrói a identidade dos sujeitos, a partir de sua relação com a natureza, ele permite, então, a subjetividade, a constituição enquanto

sujeitos de história, já que o trabalho é:

Antes de tudo, [...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1996, p. 297).

Este apropriar-se, este relacionar-se com a natureza em sua totalidade numa dimensão respeitosa e harmoniosa pode manifestar no ser humano modos diferentes no pensar e no agir, mediante seu meio, e também no vivenciar e no compartilhar conhecimento que, no transcorrer de suas relações, resultam em um modo diferenciado do determinado pelas forças produtivas que tem o excedente como condição natural para uns poucos, e o conhecimento como privilégio para uma minoria resultando em melhores padrões de vida. De acordo com Lombardi (2018, p. 45),

O conhecimento, como processo e como resultado de um fazer próprio e característico do ser humano, é a forma pela qual o homem expressa abstratamente as relações que mantém com o mundo circundante e com outros homens. Sendo, pois, produto da existência humana, também as formas assumidas pelo conhecimento transformam-se historicamente, estando submetidas as mesmas determinações históricas que as demais ideias produzidas pelos homens. Assim, as ideias constituem a representação daquilo que o homem faz, da sua maneira de viver, do modo como se relaciona com outros homens, do mundo que o circunda e das suas próprias necessidades.

Compreendemos, assim, que, na perspectiva do trabalho, a formação deve possibilitar aos trabalhadores tantos os conhecimentos do *societas rerum* quanto os do *societas hominum*, defendidos por Gramsci (2006), de modo que possam mediar relações de classe, no interior das relações de produção da vida material, com a finalidade de garantir o seu bem-estar e o bem-estar do outro, permitindo-lhes a hegemonia de interesses sociais coletivizantes e de bem-viver.

Resultados

A relação antagônica entre capital e trabalho é marca operante de um modo de produção que tem suas formas de relação pautadas em princípios competitivos, individuais e acumulativos, entendendo que o trabalho de homens e mulheres, meio mais favorável para a garantia do lucro excessivo, é uma mercadoria de pouco valor e que gera grande riqueza por

meio da exploração, do controle.

Por outro lado, tem-se a resistência de trabalhadoras e trabalhadores por meio de seu fazer-se, de seus modos de vida que buscam outras formas de existência, pois, segundo Tiriba (2018, p. 160), “Os povos e as comunidades tradicionais resistem, em maior ou menor grau, à contradição vital entre sociabilidades pautadas na reprodução ampliada da vida e sociabilidades pautadas na reprodução ampliada do capital”. Isso nos diz muito a esse respeito dos processos formativos desenvolvidos por uma comunidade de agricultores da Amazônia junto a suas crianças, em termos de subjetividades opostas ao capital, primando-se por valores de solidariedade, cooperação e reciprocidade.

Assim:

Estudos sobre cultura popular de povos e comunidades tradicionais podem contribuir para o entendimento de como a sociedade de mercado vai expandindo a assimilação de hábitos de consumo do “mundo maravilhoso das mercadorias” (MARTINS, 2012, p. 43) para essa gente, fomentando o processo de acumulação do capital. Também contribuem para evidenciar que, contraditoriamente, mulheres e homens expressam modos de vida calcados em relações econômico-culturais não capitalistas. (TIRIBA, 2018, p. 161)

Conclusão

Como manifestação da vida humana numa dimensão formativa e educativa, o trabalho decorre da interação entre sujeitos e sujeitos, bem como entre sujeitos e seu ambiente natural, por meio de suas ações vitais, daí decorrendo, em termos metodológicos, analisar a materialidade de vida dos sujeitos trabalhadores agricultores de Mupi, em Cametá, em sua relação com seu território de existência/reprodução da vida, suas crianças e outros homens, de modo a depreender as suas subjetividades, quer voltadas para a manutenção do *status quo de dominação*, mas também de oposição.

Entendemos que, por meio da interação com o outro e com a natureza, os sujeitos experienciam as mais diversas formas de relacionamento que lhes possibilitam estar em contato com diferentes realidades e significativos conhecimentos, ou seja, o relacionamento social contribui em grande medida para a formação dos sujeitos diante dos mais variados contextos, desde os de natureza socialmente escolar até aos de natureza comunitária, mediados pelo trabalho.

Neste sentido, o trabalho, para além da técnica e da produção de bens materiais, é um meio de constituição da subjetividade dos sujeitos. Com isso, diante das diferentes capacidades de trabalho que são adquiridas no curso da vida, as pessoas vão, aos poucos, aprimorando seu processo de formação, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, diante de uma relação de trabalho que possibilita o reconhecimento de si como parte pertencente do meio onde realiza suas atividades laborais. Tudo isso para que produzam, enfim, a sua

existência nas dimensões econômica, política e cultural.

Palavras-chave: trabalho como princípio educativo; formação do ser social infantil; comunidade quilombola; subjetividade.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição*. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMIDE, Denise Camargo. *O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais*. São Paulo, 2017.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KOSIC, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. A experiência na concepção materialista dialética da história. *In:* MAGALHÃES, Lívia Diana R.; TIRIBA, Lia. *Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires. Herramienta, 2004.

MAKARENKO, Anton Simionovich. *Conferências sobre educação infantil*. Tradução: Maria Aparecida Abelaira Vizotto. São Paulo: Moraes, 1981

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. *Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 vols.

MÉSZAROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O universal, o singular e a historicidade na pesquisa do cotidiano. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 3., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2006.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. *Trabalho infantil: uma análise do discurso de criança e de adolescente da Amazônia paraense em condição de trabalho*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2020.

TIRIBA, Lia; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. *Trabalho Necessário*, v. 16, n. 31, 2018.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 1968.